

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA
AS EMPRESAS CAPTAREM RECURSOS DE TERCEIROS**

Aluno: Murilo Suzarte Silva

Orientador: Prof.^a Esp. Adriane Luiza Neves

Aparecida de Goiânia, 2015

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA
AS EMPRESAS CAPTAREM RECURSOS DE TERCEIROS**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do Curso de Ciências Contábeis sob orientação do Prof.^a Esp. Adriane Luiza Neves

Aparecida de Goiânia, 2015

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Murilo Suzarte Silva

**A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA
AS EMPRESAS CAPTAREM RECURSOS DE TERCEIROS**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do Curso de Ciências Contábeis sob orientação do Prof.^a Esp. Adriane Luiza Neves

Avaliado em ____ / ____ / ____

Nota Final: () _____

Prof.^a Esp. Orientador - Adriane Luiza Neves

Prof.^a Esp. Examinador - Ana Paula

Aparecida de Goiânia, 2015

RESUMO

Diante da importância das informações contábeis para empresas captarem recursos de terceiros, este artigo apresenta um estudo de caso desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, como objetivo em relação ao tema incidem em analisar e obter conhecimento através de outros autores na pesquisa bibliográfica, artigos científicos e tecnologia da informação. Seguiremos três partes importantes no desenvolvimento sendo na primeira parte é abordando temas como informações contábeis, a importância do papel do contador sendo um profissional técnico capacitado em produzir informações, apresentando os usuários das informações contábeis e suas necessidades, quais são os relatórios contábeis financeiros, exigida pela Lei Societária e suas características. Na segunda parte será apresentado os controles internos referenciando-o como o problema identificado a sua importância para empresa e contribuição na proteção de ativos como também para uma informação adequada, na terceira parte deste trabalho traz a necessidade das empresas em buscar recursos de terceiros e suas fontes de recursos, na quarta parte deste artigo é apresentado a importância das informações contábeis no fornecimento de informações para tomada de decisão dos usuários externos em disponibilizar recursos para empresas.

Palavras-chave: Controle Interno, Informações Contábeis, Recursos de Terceiros.

ABSTRACT

Given the importance of financial information to companies capture third-party resources, this article presents a case study developed through literature, aimed by Topic relate to analyze and gain insight by other authors in the literature, scientific articles and technology information. Follow three major parties in the development and in the first part is addressing topics such as accounting information, the importance of the role of the accountant and a technician skilled professional to produce information showing the users of financial information and their needs, what are the financial accounting reports, required the Corporations Act and its features. In the second part will be presented internal controls referencing it as the problem identified its importance to the company and contribution to asset protection as well as adequate information. In the third part of this work brings the need for companies to seek third-party funds and their sources of funding, on how much of this article is introduced to the importance of financial information provider of information for decision-making by external users on resources available to companies.

Keywords: Accounting Information, Internal Control, Third-party Funds

INTRODUÇÃO

Na necessidade de desenvolvimento em relação aos seus concorrentes no mercado, as pessoas na direção das empresas vêm empreendendo cada vez mais na qualidade de seus serviços, mercadorias buscando satisfazer as necessidades de seus clientes e gerar lucro.

Para Dornelas (2008, p. 23) um dos aspectos que envolve empreendedorismo é a utilização “recursos disponíveis de forma criativa”.

Desde modo entende-se que empreender que um dos aspectos expostos por Dornelas é a administração de recursos disponíveis, no entanto em relação aos recursos financeiros as vezes é necessário utilizar através de capital próprio ou de terceiros que necessitam de informações confiáveis, compreensíveis em relação a situação financeira e econômica da empresa, tais informações podem ser evidenciadas através dos relatórios contábeis.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância das informações contábeis para empresas captarem recursos de terceiros e as exigências dos fornecedores de recursos em relação aos relatórios contábeis, apresentando os objetivos específicos analisar a importância do contador na produção das informações contábeis, verificar quais são os relatórios obrigatórios por lei e suas principais características na apresentação de informações para seus usuários, demonstrar a importância dos controles internos nas empresas e sua contribuição na proteção do patrimônio da empresa e informações confiáveis, apresentar as fontes de recursos de terceiros que a empresa possa utilizar.

Identificação do Problema

No momento que as empresas vão expandindo sua atividade operacional o fluxo de seus ativos e informações tendem a aumentar, os problemas começam a surgir quando não a um controle interno eficiente ou adequado para esta nova realidade da empresa, a falta de controle poderá contribuir para que não se tenha uma informação precisa de acordo com a realidade da empresa podendo causar prejuízos para empresa e distorção dos demonstrativos contábeis que são baseados nos registros realizados através das operações de compras, pagamentos, vendas, recebimentos, operações bancárias.

Fundamentação Teórica

A contabilidade tem com objetivo de fornecer aos seus usuários informações para tomadas de decisões através de seus relatórios elaboradas por um responsável técnico de forma que ela seja compreensível e confiável aos seus interessados.

Para Moscovice (2002) define a contabilidade sendo como um sistema de informação que comunica através da coleta e armazena informações e distribuindo para quem precisa.

Estas informações devem estar de acordo com a realidade da empresa transmitindo a confiabilidade dessas informações através de seus registros e relatórios contábeis e assim contribuindo para empresa captar recursos através de terceiros.

Metodologia

Neste artigo foi utilizada a metodologia de pesquisas bibliográfica com objetivo de obter conhecimento teórico ao tema através de livros, revistas, e pesquisas na tecnologia da informação buscando opiniões e conceitos de autores renomados para o desenvolvimento deste trabalho.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Durante muito tempo nas organizações, a contabilidade era vista somente como um órgão de exigência do fisco, para atender suas necessidades como controle de governo nas entidades principalmente na arrecadação de tributos.

Marion (2009) destaca que a contabilidade não deverá ser apenas para atender as necessidades e exigência do governo, mais tendo como papel importante em proporcionar informações para auxiliar pessoas na tomada de decisão.

Conforme citado, fica evidente que a contabilidade não é apenas para atender só um determinado setor, mais sendo uma importante ferramenta de gestão que produz informações uteis a ser utilizada tanto internamente da empresa como fora para que as pessoas possam com base nos relatórios contábeis tomarem decisões.

Importância do Papel do Contador

O contabilista é o profissional que tem habilidades, técnicas, devendo ser devidamente registrado no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo um papel fundamental para o desenvolvimento da empresa.

Embora que tempos atrás, “a função do contador no Brasil em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contabilista foi distorcida, estando voltada exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco.” (MARION, 2009, p. 27). A distorção ocorrida do papel do contabilista no Brasil deve-se pela quantidade de legislação tributária, declarações acessórias e diversidades de tributos impostos por lei, no entanto com a padronização das normas contábeis se tornou ainda mais necessário à necessidade desse profissional que possui habilidades técnicas para padronizar os registros contábeis e elaboração das demonstrações contábeis-financeiras de acordos com as normas de contabilidade e princípios contábeis geralmente aceitos.

Santos (2011, p. 26) destaca que as atividades e tarefas principais realizadas pelo contabilista são a “revisão dos registros, elaboração das demonstrações contábeis, planejamento tributário prestação das obrigações acessórias, apresentação e análise das alterações econômicas e financeiras ocorridas na empresa para seus usuários internos”. Nesse sentido a área de atuação do contabilista esta ligada em várias atividades que são coletar dados que são gerados através dos registros contábeis, interpretá-los e a partir deles começar a processar

as informações transformando em forma de relatório no sentido contábil para o grupo de interesses, realização de planejamento tributário e organização da empresa para que possam ser recolhidos os tributos devidamente corretos evitando que a empresa sofra alguma implicação fiscal e redução da carga tributária através de recursos legais, cumprimento das obrigações acessórias como um simples fato de um registro de um documento á prestação de informações para fisco através das declarações eletrônicas das operações da empresa, apresentação de sua análise das modificações ocorridas no patrimônio da empresa através dos fatores econômicos e financeiros. Diante dos fatos exposto, leva a nos entender que a importância do papel do Contabilista na organização não é somente para atender ao um grupo específico, mais, em se preocupar com as revisões da escrituração, planejamento, execução tributária para que a empresa não sofra perdas e redução de seus ativos, coletar os dados e números a respeito da empresa e interpretá-los transformando-o em informações para os grupos de interessados, e apresentar aos usuários internos as variações ocorridas na situação econômica e financeira da empresa, auxiliar e prestar informações aos diversos usuários das informações contábeis na tomada de decisão.

Usuários das Informações Contábeis

Os usuários das informações contábeis poderão ser pessoas físicas ou jurídicas que possuem interesses distintos dos relatórios contábeis-financeiro da empresa, estes usuários das informações contábeis são divididos em dois grupos internos e externos, usuários internos são formados por pessoas que tem relação interna com a empresa geralmente são diretores, gestores, e colaboradores, os usuários externos são pessoas físicas ou jurídicas que não tem relação interna com empresa, geralmente são os bancos, fornecedores, investidores e o governo, apesar de serem internos ou externos todos eles se utilizam das informações contábeis para buscar resposta aos seus interesses.

Para Matarazzo (2003, p. 28) “cada usuário está interessado em algum aspecto particular da empresa”.

Os diretores ou gestores têm o interesse nas informações contábeis em saber o resultado de suas decisões e seus reflexos no resultado da empresa, utilizando também para verificar os esforços necessários através das receitas, custos e

despesas para se chegar ao objetivo principal da empresa o lucro, também realizar análises para tomar decisões de redução dos custos e despesas da empresa, os bancos utilizam das informações contábeis para verificar a liquidez da empresa e sua capacidade de honrar seus compromissos e seus pagamentos futuros. Segundo Ross (2000, p. 58) “Liquidez refere-se à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa”.

Para os fornecedores que têm os interesses nos relatórios contábeis para continuar se relacionando com a empresa utilizam as informações contábeis para saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas, os investidores que poderão ser os sócios, acionistas são interessados em saber se os seus recursos estão sendo bem aplicados e se a empresa está sendo lucrativa e rentável, o governo se utiliza das informações com o intuito de fiscalizar arrecadação dos tributos, transação da empresa com o objetivo de evitar e constatar indício de sonegação.

Relatórios Contábeis-Financeiros

Os relatórios contábil-financeiro são elaborados de forma resumida e ordenada pela área contábil, extraídas dos dados que são formados através dos registros contábeis, e assim formando um conjunto de informações para demonstrar a situação econômica e financeira da empresa proporcionando conhecimento aos usuários das informações contábeis sobre os aspectos dos bens e direitos, obrigações para com terceiros, receitas, custos e despesas que seu resultado irão influenciar no patrimônio líquido da empresa, fluxo de caixa da empresa, esse relatório poderá ser obrigatório ou não

“Compreende as demonstrações contábeis, exigidas pela lei comercial vigente – a Lei nº 6.404, 1976, para as sociedades anônimas – e o Decreto nº 3.708, de 1919, para as sociedades limitadas”. (PEREZ; GLAUCIUS, 2009, p. 110), devem sempre se observar que os relatórios contábeis sendo exigidos ou não por lei precisam sempre estar de acordo com as normas de contabilidade vigentes e princípios contábeis geralmente aceitos.

O artigo 176º da Lei das Sociedades por Ações, estabelece que são obrigatórios são, Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e

Demonstração do Valor Adicionado para as companhias abertas e Notas Explicativas. (BRASIL, 1976).

“O Balanço Patrimonial é um retrato da empresa. É uma maneira conveniente de organizar e resumir o que a empresa possui (seus ativos), o que a empresa deve (seus exigíveis), e a diferença entre os dois (patrimônio Líquido da empresa), num dado momento”. (ROSS, 2000, p. 56). Pode se entender que o retrato da empresa é a apresentação revelada da situação patrimonial no momento que foi elaborado o Balanço Patrimonial (BP), demonstrando todos os bens e direitos no grupo de ativo como os estoques e clientes a receber, as obrigações no grupo do passivo como tributos a recolher o pagar, fornecedores a pagar, no patrimônio líquido é compõem o capital social investido pelo sócio ou acionista, reservas de capital e resultado do exercício, a conta do lucro ou prejuízo acumulado faz parte do grupo do Patrimônio Líquido, é nela que se evidencia o resultado líquido dos exercícios acumulados dos anos anteriores e atual, por causa dos ajustes realizados nesta conta originados pelos fatos contábeis modificando o patrimônio líquido da empresa, há obrigatoriedade da preparação da Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) que irá esclarecer as a movimentações registradas nesta conta.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados tem como objetivo “apresentar, de forma clara, o resultado líquido do período, sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados”. (PEREZ; GLAUCIOS, 2009, p. 135). É através da DLPA que se poderá ter uma ideia correta do que aconteceu com os lucros ou prejuízos no exercício social da entidade, sua composição é iniciada com o saldo do exercício anterior com a inclusão dos registros dos ocorridos no exercício atual constado na Demonstração do Resultado da empresa, apresentando o saldo final dos lucros ou prejuízos acumulados.

“A Demonstração do Resultado do Exercício destina-se a evidencia a formação do resultado do exercício, mediante confronto das receitas, custos e despesas incorridos no exercício”. (SANTOS, 2011, p. 73). Na demonstração de Resultado Exercício (DRE), é possível comprovar eficiência e eficácia da empresa, apresentando os esforços para obter lucro, destacando de forma estruturada e organizada às receitas realizadas, os custos e despesas acontecidos em um determinado período, outro fator importante das Demonstrações Contábeis-Financeira com exceção da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) são elaboradas

em conformidade com o princípio da competência, o que ocorre na maioria das vezes é nestes relatórios não estar de acordo com o fluxo do caixa decorrente das atividades operacionais, surge à importância da DFC para trazer informações sobre o ciclo operacional do caixa da empresa.

A DFC apresenta-se pelo chamado regime de caixa, enquanto as demais demonstrações contábeis são elaboradas respeitando-se o regime da competência de exercícios. É evidente que existe uma defasagem entre o momento de aquisição do bem ou direito a sua realização por meio da venda e de seu devido recebimento (PEREZ; GLAUCIOS, 2009, p. 186).

A demonstração do Fluxo de Caixa fornece informações acerca do fluxo das entradas e saídas de caixa da empresa, proporcionando aos usuários das informações contábeis as mutações ocorridas nos ativos, análise de liquidez e solvência e capacidade de gerar caixa e pagamento, como estar sendo realizados os investimentos na empresa através das atividades operacionais e de investimento, entende-se por atividades operacionais os gastos oriundos dos esforços da entidade para a realização de receitas, exemplo aquisição de mercadorias para revenda, prestação de serviços, atividades de investimentos pode ser tanto compra de imobilizado ou sua venda, desembolso na participação de outra empresa, atividades de financiamentos são os recursos obtidos de terceiros não estando no ciclo das atividades operacionais podendo ser empréstimo ou financiamentos.

“As notas explicativas devem complementar, juntamente com outros quadros analíticos das demonstrações financeiras, servindo para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. (IUDICIBUS; MARION; SILVA, 2009, pg. 54). Neste sentido entende-se que as notas explicativas são parte integrada das demonstrações contábeis, abrindo a composição dos saldos demonstrado nos relatórios assim retratando de forma mais compreensíveis a composição do patrimônio da empresa e seu resultado do exercício.

CONTROLES INTERNOS

À medida que as empresas vão aumentando seu fluxo operacional, com abertura de novas filiais, volume de seus estoques, quadro de empregados e movimentação financeira, se tornando uma organização maior e suas operações mais complexas, vão surgindo uma maior necessidade de implantarem novas ações preventivas para, que o patrimônio e a qualidade das informações reflitam todas as

atividades e decisão tomadas na organização, essas ações são os controles internos.

O controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração (ICPA apud ATTIE, 2012, p. 183).

A informação adequada traz perfeição e credibilidade nos relatórios contábeis-financeiros e operacionais, trazendo informações sobre realidade das consequências das atividades e decisão tomadas na organização, sendo necessários suportes para garantir confiança destes relatórios, como documentações idôneas servindo de prova das transações dos registros, conciliação, utilização de equipamentos eletrônicos maximizando os registros das transações de forma mecânica ou eletrônica, contribuindo para os processamentos das informações em tempo hábil, a empresa deverá também incentivar o respeito e cumprimento das políticas da administração certificando que suas normas estão sendo cumpridas, os principais meios que poderão assegurar essa obediência são, a supervisão, sistema de revisão, auditoria interna na identificação das operações realizada na organização, para a proteção de ativos devido ao grande fluxo operacional deverá ser adotadas medidas nas empresas com o objetivo de proteção de seu patrimônio para evitar riscos operacionais ocasionados por erros ou fraudes.

Fraude é o ato intencional de omissão ou manipulação de transação, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, erro é o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registro e demonstrações contábeis. (CFC 2009, apud PEREZ et al, 2011, p. 32).

Para que isso não ocorra poderá adotar meios necessários na proteção de ativos da organização como, segregação de funções estabelecendo a independência das funções, mecanismo de autorização e aprovação de acordo com as responsabilidades e os riscos, determinação de funções estabelecendo sua atividade e sua responsabilidade de cada atividade da pessoa na empresa, contrato de seguros para garantir a recuperação dos ativos, diminuição de erros e desperdícios procurando identificar suas causas e corrigir as falhas na fonte de sua ocorrência, contagem física de bens ou dinheiro periodicamente por pessoa independente do departamento, na empresa há também existência de vários

departamentos e funções que promovem o desenvolvimento operacional, para que possa haver um bom desempenho a necessidade de promover controles internos de contribuições e estímulo da eficiência e eficácia operacional como seleção de pessoas qualificadas em exercer a função específica treinamentos de qualificação profissional para melhorar qualidade da produção diminuição dos erros causados por falta de conhecimento, avaliação e relatórios de desempenho informando a qualidade e deficiências que contribuem ou precisam ser melhoradas para o bom desenvolvimento profissional, criação de manuais na orientação dos procedimentos internos das funções, processos e sistema, embora existam a necessidade dos objetivos de controles internos, estes são classificados em dois grupos sendo controles administrativos e o segundo controles contábeis.

Controles Administrativos

Controles administrativos são normas internas elaboradas de forma organizadas para serem obedecidas através das políticas administrativa e assim garantindo qualidade das informações.

“Controles administrativos – cujo objetivo é garantir o controle sobre as operações da empresa e a qualidade das informações e documentos a serem processados pelo sistema contábil” (PEREZ, 2012, p. 80). As entidades empresariais deverão elaborar meios administrativos com o objetivo em garantir o controle sobre suas operações, devendo fazer análise e reflexo de seus fluxos operacionais avaliando os riscos interno e externo, procurando identificar as fragilidades de suas operações necessidade de treinamentos e desenvolvimento de pessoal, garantindo que haja um bom controle operacional e qualidade das informações e documentos a serem registrados em seu sistema contábil.

Controles contábeis

Os controles contábeis, que são um plano organizado e métodos que tem por objetivo a proteção dos bens e a fidelidade dos registros contábeis, funcionando como meio de comunicação através de relatórios para exame do desempenho da empresa.

Compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem os seguintes

controles: sistema de autorização e aprovação; separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia dos valores; e controles físicos sobre estes valores (ATTIÉ, 2012, p 186).

Portanto pode se entender que nos controles contábeis são feitos através de seus registros sendo extremamente necessário haver segregação de função nos controles de escrituração fiscal, contábil e elaboração dos relatórios contábeis devendo estar sobre responsabilidade de pessoas distintas de cada atividade na contabilidade.

Importância dos Controles Internos

Uma empresa que não tenha um bom controle interno ou ele seja ineficaz não poderá oferecer uma boa segurança para prevenir erros ou fraudes causadas por pessoas por falta de qualificação ou conhecimento do processo interno operacional, comprometendo a qualidade das operações e informações contábeis podendo acarretar perdas inestimáveis ao patrimônio da empresa devida às “ações humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial” (IUDICIBUS; MARION; SILVA, 2009, pg. 10).

As informações contábeis e financeiras, geradas sem a existência dos controles internos adequados poderão influenciar os usuários das informações contábeis em decisões com base nestes relatórios e interpretação sobre a situação patrimonial e financeira da empresa principalmente nas decisões de investir ou captar recursos ou disponibilizá-los a terceiros, diante do exposto, os controles internos como uma ferramenta contínua de gestão desenvolvida com um bom planejamento bem definido e organizado, são importante para a obediência e cumprimento das políticas da empresa, proteção do patrimônio assegurando que os objetivos quantitativos e qualitativos da empresa sejam alcançados, garantindo a confiabilidade e tempestividade dos registros contábeis e relatórios contábeis-financeiros.

RECURSOS DE TERCEIROS

As empresas em busca de crescimento, reconhecimento e a concretização de seu objetivo que é gerar riqueza, vêm cada vez mais empreendendo em seus negócios, investindo na qualidade de suas mercadorias, serviços, imobilizado,

estrutura física ou tecnológica para aumentar suas receitas diminuir seus custos e despesas com a finalidade de proporcionar um melhor resultado operacional (lucro) e capacidade de concorrência no mercado.

Chiavenato (2008, p. 223) ressalta que “para funcionar, as empresas precisam de dinheiro” argumentando que “o simples fato de uma empresa precisar de um imóvel para se instalar, máquinas e equipamentos para produzir, pessoas para trabalhar, matérias-primas para processar, revela, na verdade, a necessidade de recursos financeiros”.

Diante desse argumento, percebe-se que há uma grande necessidade da organização empresarial em levantar recursos financeiros, para serem aplicados na expansão de seus negócios, atividades e assim alcançando um bom funcionamento operacional, para realização dessa tarefa às vezes é necessário levantá-los recursos financeiros de terceiros conhecido também como capital de terceiros através das instituições financeiras públicas ou privadas.

As instituições financeiras como entidade são “intermediárias que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governos para empréstimo ou financiamentos”. (GITMAN, 2002, p. 30).

Neste sentido os fornecedores de recursos em relação às instituições financeiras são os Bancos Comerciais, Bancos de Desenvolvimentos, Bancos de Investimentos, Bancos de Fomento e Cooperativas de Créditos. Os Bancos Comerciais são instituições financeiras públicas ou privadas que podem realizar desconto de títulos, abertura de créditos, captarem depósitos a vista e a prazo que é uma característica dos bancos comerciais, obter recurso para disponibilizar de forma de crédito para seus clientes pessoa física ou jurídica, geralmente essas operações são de curto prazo e cobrados juros muito altos, os Bancos de Desenvolvimentos são instituições controladas pelo governo tem característica de disponibilizar recursos aos interessados desde que o seu projeto demonstra que o destino do capital seja para promover o desenvolvimento econômico e social para uma determinada região gerando emprego e renda para a população, os Bancos de Investimento tem a finalidade de realizar, empréstimo e financiamentos para que empresas possam adquirir bens de capital como exemplo, compra de máquina ou equipamento para seu setor produtivo.

A classificação de um banco de desenvolvimento tem por finalidade o seu objetivo que é de “oferecer apoio a empreendimentos que promovem o desenvolvimento do país, elevando a competitividade da economia brasileira e a qualidade de vida de sua população”. (ASSAF, 2011 p. 566).

Os Bancos de Fomento são entidade regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tem o objetivo de dispor recursos adquiridos dos orçamentos públicos e linha de crédito para empresa estimulando o desenvolvimento socioeconômico, financiando as aquisições de ativos permanentes e capital de giro aos seus tomadores de recursos.

Fontes de Recursos de Terceiros

Os valores adquiridos das instituições financeiras, que a empresa assume mediante contrato legal a obrigação de pagamento do valor principal mais juros pelos empréstimos ou financiamentos obtidos através dos créditos adquiridos de seus fornecedores são de origem das fontes de recursos.

Assaf (2011, p. 568) Classifica as modalidades praticadas com recursos de terceiros sendo, “os empréstimos e financiamentos diretos, repasses de recursos internos, repasses de recursos externos, subscrição de debêntures, arrendamento mercantil ou leasing”.

Os empréstimos e financiamentos diretos são referente recursos adquiridos diretamente das instituições financeiras que disponibiliza recursos próprios geralmente para suprir a necessidade de capital de giro das empresas tomadores de recursos, os repasses a essa transação também pode ter uma carga de juros muito alto devido os riscos, as repasses de recursos internos pode ser caracterizados com os recursos contraídos para a ampliação ou renovação de um setor produtivo este tipo de operação são as mais praticadas, devida que “os fundos oficiais internos apresentam normalmente baixos custos aos tomadores (em geral, as taxas de juros são inferiores às praticadas no mercado)” (ASSAF, 2011 p. 568).

Os repasses de recursos externos são recursos que a empresa capta em outros países por meio das instituições financeira nacional que adquire através dos bancos estrangeiros neste caso as instituições financeiras nacional funcionam como o avaliador do tomador de recursos diante dos bancos estrangeiros. A subscrição de debêntures é uma forma de captar recursos dos investidores através da emissão de

títulos próprios da empresa que deverá assumir o compromisso de devolver os valores obtidos mais acrescidos de juros assegurando devolução de seus investidores que se tornam credores da empresa, podemos dizer que o debentures é uma forma de empréstimos por emissão de títulos para adquirir recursos de terceiros sendo de pessoa física ou jurídica.

Entende-se por segundo o conceito “arrendamento mercantil é um acordo pelo arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado”. (CPC 2010, p. 2).

Observando esse conceito às operações de arrendamento mercantil ou leasing, são praticamente o empréstimo de um bem em forma que o tomador realizará pagamentos para utilizar os ativos de outra empresa sem que haja transmissão da posse do bem.

Compreendem o Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil diferente de um arrendamento mercantil financeiro. (CFC, 2010, p. 3)

Desde modo o leasing financeiro é aquele que a empresa assume os risco pela utilização do bem, as despesas com manutenção causado pelo desgaste de uso, benefício gerados como exemplo a produção de um determinado, já o leasing operacional há também o pagamento pela utilização do bem, mais não há transferência dos riscos para arrendatária que está de posse do bem o arrendamento mercantil financeiro se assemelha como um contrato de aluguel diferenciando que a empresa adquirir o bem no termino do contrato.

A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS EMPRESAS CAPTAREM RECURSOS DE TERCEIROS

As informações contábeis são extremamente importantes para conhecer a situação patrimonial da empresa e para satisfazer as necessidades de seus usuários das informações contábeis tomarem decisões com base em seus relatórios.

Conforme a resolução 1.374 (2011) do Conselho Nacional de Contabilidade (CFC) compreende que o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral

e fornecer informações acerca da entidade, para os investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recurso para a entidade.

Deste modo percebe-se que os relatórios contábeis ou demonstrações contábeis são usados também para que os usuários externos possam tomar decisão se fornecerão recursos próprios para a entidade que solicitam empréstimo ou financiamentos de forma de crédito ou continuar a relação de compra e venda de mercadorias no caso dos fornecedores, analisando nos relatórios contábeis da empresa às mudanças ocorridas sobre os eventos que alteram os recursos econômicos, verificando a potencialidade e capacidade de pagamento das dívidas da empresa e gerar recursos próprios, outros fatores importantes que pode ser evidenciado através das Demonstrações Contábeis, são pressupostos que há distinção entre a pessoa física do sócio e a pessoa jurídica da empresa, em relação aos seus patrimônios e de que às operações da empresa está em plena continuidade e assim garantindo que essas informações sejam compreensíveis e que seus usuários das informações contábeis possam avaliar e analisar a evolução da entidade desde que estas informações estejam em uniformidade, há circunstâncias que os fornecedores de recursos possam estabelecer cláusulas em seus contratos principalmente em condições de pagamento em longo prazo à apresentação das Demonstrações Contábeis periodicamente.

Gitman (2002, p. 465), destaca que as cláusulas padronizadas de contratos a empréstimos em longo prazo “especificam certos critérios a respeito de registros e relatórios contábeis satisfatórios do pagamento de imposto e de manutenção geral do negócio por parte da empresa tomadora”, exigindo também que estes registros e relatórios estejam “de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos” e que “apresente periodicamente demonstrações financeiras auditadas”.

Vale ressaltar, que de acordo com as cláusulas padronizadas em contratos por empréstimo, demonstra claramente a importância das Demonstrações Contábeis para empresa captar recursos de terceiros e manter um relacionamento durador entre a empresa e seus fornecedores de recursos, reforçamos também que a demonstrações contábeis auditadas por um auditor independentes contribuem para a qualidade dos relatórios contábeis, já que este tem por objetivo de verificar se os

relatórios estão em conformidade com as normas e procedimentos contábeis e princípios contábeis geralmente aceitos.

O principal objetivo da auditoria é a emissão de um parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação às normas contábeis adotadas no Brasil compreendendo que estas demonstrações estejam de acordo com legislação societária, os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e também de acordo com as normas contábeis internacionais. (PEREZ, 2011 p. 20)

Neste sentido pode-se perceber que a auditoria é verificar se os relatórios contábeis estejam de acordo com a Legislação Societária, fiscais e contábeis e os ativos bens ou direitos e seus passivos, receitas e despesas demonstradas através dos relatórios estejam classificados e registrados em relação a sua natureza, prazos, realização ou exigibilidade.

(IUDICÍBUS; MARION; FARIA, 2009 p. 35), esclarece que as os interessados nas informações contábeis como os “compradores de ações ou debentures da empresa procuram extrair informações para sua decisão sobre se vale a pena ou não investir na empresa; bancos e emprestadores de dinheiro estão interessados em avaliar se a entidade oferece boas perspectivas de retorno pra seus empréstimos e financiamentos”

Portanto verifica se neste contexto que as informações contábeis são de extrema importância para as empresas captarem recursos na realização de seus novos empreendimentos, verificando através de seus relatórios a capacidade da empresa de gerar retorno para os investidores, capacidade de pagamento e gerar riquezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na constante busca de reconhecimento e crescimento, as empresas vêm cada vez mais investido na qualidade de suas mercadorias, serviços e estrutura física e tecnológica, para serem cada vez mais capazes em atender as necessidades de seus clientes, promovendo a eficiência no aumento de suas receitas, gestão e redução de seus custos e despesas, tornando seus negócios mais competitivos e atrativos no mercado, alcançando uma maior lucratividade e rentabilidade de suas operações e assim proporcionando uma melhor eficácia de seu objetivo que é o lucro. No entanto diante deste contexto, para realização desse empreendimento é necessário recursos financeiros, levando os gestores da empresa a tomar decisão de financiar com os recursos próprios da empresa ou de terceiros, ao optar pela segunda opção a empresa precisará atender as exigências de seus fornecedores de recursos.

Para este cenário as informações contábeis assumem um papel fundamental para que as empresas possam captar recursos de terceiros, pois são através dos relatórios contábeis-financeiros que demonstram a situação econômica e financeira da empresa, como a sua capacidade de gerar riquezas e realização de pagamentos.

Inicialmente as pesquisas levantadas através da revisão bibliográfica, permitiu um bom conhecimento sobre o tema escolhido e o problema identificado, proporcionando o alcance dos objetivos proposto neste artigo como conceitos das informações contábeis, importância do Contabilista dentro da empresa, definição de usuários internos, relatórios contábeis-financeiros obrigatórios por Lei Societária observando as normas e princípios contábeis, destacando também quais são os tipos de fontes de recursos de terceiros e a importância das informações contábeis para empresas captarem recursos de terceiros para se tornarem mais eficazes e competitivas enfrentar aos turbilhões da economia interna e externa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSAF, Alexandre Neto; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dez. 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Presidente da República. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acessado em: 14 out. 2015.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CFC. Resolução 1.374, de 16 de dez. 2011. **Dá nova redação à NBC TG estrutura conceitual: estrutura para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001374>.

Acessado em: 28 out. 2015.

CFC. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1.304, de 25 de dez. 2010. NBC TG 06. **Operação de Arrendamento Mercantil**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001304>.

Acessado em: 25 out. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio**: 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CPC. Pronunciamento técnico n. 06 (RI), de 05 de nov. 2010. **Operações de arrendamento mercantil: Correlação às normas internacionais de contabilidade – IAS**. Disponível em:

<http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/163_CPC_06_R1_rev%2003.pdf>

Acessado em: 28 out. 2015.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**: 2. ed. São Paulo: Harbra, 2012.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA de Ana Cristina. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira e balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOSCOVE, Stephen A; SIMKIN, Mark G. **Sistemas De Informações contábeis**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; GLAUCIOS, Antônio Begalli. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez et al. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSS, Stephen A. et al. **Princípio da administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Introdução à contabilidade: atualizada pela lei nº 11.941/09 e pelas normas do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.